

**A TRANSIÇÃO PARA A ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, SOB A
SUJEIÇÃO DOS MILITARES (1974-1985).**

Dêis Maria Lima Cunha Silva*
Mestranda
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Deis.maria@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa em questão traz a discussão sobre a última fase do Regime Civil-militar. Assim, definido porque mesmo de forma indireta houve a participação de civis no Golpe militar de 1964. Esse estudo tem como objetivo principal refletir sobre a questão da transição “lenta, gradual e segura”, mas sob o controle dos militares, estes por sua vez objetivavam impedir que as liberdades democráticas retornassem as mãos dos civis por meio de mobilizações sociais. Entre os anos de 1974 a 1985 houve no país movimentos em prol da abertura política, visto que grupos sociais lutaram contra o autoritarismo do regime civil-militar. Além do mais, os militares queriam impedir que os envolvidos em crimes de perseguição e de tortura fossem penalizados e que retornassem aos quartéis sem maiores “prejuízos”, assim foram contemplados com a promulgação da anistia total e irrestrita. Para alguns historiadores, apesar do governo do civil José Sarney, a consolidação para a transição da abertura política se deu com a eleição de 1989. Os referenciais teóricos consultados para a pesquisa em questão foram: Thomas Skidmore (1988), Dimitri da Silva Bichara Sobreira (2016), Fernando Teixeira da Silva (2003), Paulo Giovani Antonino Nunes (2009), Michelly Pereira de Souza Cordão (2018), entre outros importantes pesquisadores. Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da Nova História Cultural, contribuirá, dessa forma com novos estudos.

Palavras chave: Abertura política. Redemocratização. Regime civil-militar.

* Mestranda em história pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Graduada em História pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP.

INTRODUÇÃO

Para alguns historiadores, a exemplo, do brasilianista Stepan (1988), a fase da transição política no Brasil, do Regime Civil Militar para a democracia nas décadas de 1970 a 1980, somente chegou ao fim no ano de 1989 com a eleição direta para presidente, apesar do governo civil de José Sarney (1984-1989), (NUNES, 2009). Houve nessa fase de transição o desejo de encaminhar o processo de forma lenta e gradualmente para impedir um rompimento brusco com o modelo econômico governamental em transição. Dessa forma, vários seguimentos da sociedade apoiaram e atuaram diretamente no processo de abertura política. Ainda mais, que o projeto de Geisel tratava-se de “[...] uma transição conservadora e ‘controlada’ pelo Estado para impedir conflitos, ‘guerras civis’, ‘agitações, termos frequentemente usados pela grande imprensa [...]” (CORDÃO, 2018, p. 90). Interessante, que de acordo com a autora, a imprensa colaborou com o golpe de 1964, mas na fase da transição colaborou com o combate ao regime autoritário. Certamente, este fato se deveu a repressão e censura sofrida pela imprensa nos anos que se seguiram pós 1964.

Os militares não queriam arriscar mudanças repentinas. Deste modo, o governo ditou o ritmo da abertura política e não a oposição. Seria uma espécie de autorreforma do regime, que passaria a ser liberalizante e sob o poder dos militares. Nesse contexto, o general presidente Ernesto Geisel foi sucedido pelo também general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Em seu governo João Figueiredo promoveu a reorganização partidária, dessa maneira, “[...] As eleições de 1989, portanto registraram o ‘retorno’ de indivíduos que participaram ativamente das disputas políticas do período pré-1964, assim como daqueles que se destacaram no combate e oposição ao regime autoritário”. (CARVALHO, 2014, 393). É importante destacar que, mesmo que os militares estivessem “controlando” a transição para a abertura política, houve durante esse processo mobilizações que contou com a participação de políticos influentes como

Ulysses Guimarães¹, por exemplo, visto que a população brasileira que se posicionaram contra ao Regime Civil-Militar organizaram-se em movimentos contra o autoritarismo dos militares.

A Transição para a abertura política no Brasil, sob a sujeição dos militares (1974-1985)

Entre os anos de 1964 a 1985, a sociedade civil brasileira vivenciou momentos de instabilidade econômica, crise sociopolítica, suspensão de direitos, que piorou com as perseguições, prisões arbitrárias e torturas. Sendo assim, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas com os movimentos em prol do retorno das liberdades democráticas, destacado pela historiografia como a fase de transição para a abertura política e que foi mediada de acordo com os interesses da elite militar e da elite civil dominante, assim como com a participação dos movimentos populares. A escolha de Ernesto Geisel para substituir o general Emílio Garrastazu Médici em 1974, contou com a ajuda do general Orlando Geisel. Logo, o general indicado seria a ponte suficientemente forte para dar continuidade ao processo lento, gradual e seguro da transição para a abertura política. Foi escolhido pela larga experiência que tinha na esfera de poder, além do mais era um general político, aos moldes do que se exigia no momento para ocupar o cargo de presidente, era também membro do Conselho de Segurança Nacional. Ernesto Geisel e Golbery:

¹ Ulysses Silveira Guimarães, ganhou o apelido de “Senhor Diretas” por liderar o movimento das Diretas Já. Foi um importante político brasileiro. Formou-se em advocacia pela Universidade de São Paulo (USP). Se opôs fortemente à ditadura militar. Em 1945 se filiou ao Partido Social Democrático foi quando iniciou sua carreira política. Foi eleito deputado federal em 1950. Durante o regime civil-militar na teve seus direitos políticos cassados e em 1989 se candidatou a presidência da República. Participou do Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Promulgou em 5 de outubro de 1988 a Constituição apelidada por ele de “Constituição Cidadã. Também era conhecido como um dos heróis da resistência na luta contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas. Morreu em 1992 em um trágico acidente de helicóptero, seu corpo nunca foi encontrado. Ver mais em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/ulysses-guimaraes/index.html>>. Acessado em 05 de dezembro de 2019. Ver também: GUTEMBERG, Luiz. Moisés codinome Ulysses Guimarães: uma biografia. Companhia das Letras, 1994.

[...] deveriam, no período de 1974 a 1979, organizar a constitucionalização do país, tendo como meta a distinção lenta, gradual e segura. Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa. [...] (SILVA, 2003, p. 262).

Ernesto Geisel precisou lidar com situações que não estavam em seus planos de governo (1974-1979), quando assumiu a presidência do Brasil. Em meio as suas primeiras medidas estava a redução do poder dos militares da linha-dura² e, ao mesmo tempo a tentativa de manter o apoio deles enquanto restabelecia seus atributos profissionais, além de continuar o combate aos subversivos da nação. Entre os maiores desafios de seu governo estava a tentativa de impedir o crescimento do MDB³, que aconteceu nas eleições parlamentares de 1974. (FERREIRA, 2018). Para a população, votar no MBD, não significava mudar a situação de regime civil-militar e sim protestar contra o autoritarismo vigente. Assim, o governo percebeu a insatisfação da sociedade com o regime autoritário quando nesta eleição o MDB alcançou 59,3% dos votos enquanto a ARENA⁴ teve 41,0% para Senador. Para Deputado Federal foram 48,0% dos

² Os linha-dura era a ala mais radical dos militares, estes defendiam a criação de órgãos de força para conter e combater os comunistas. Defendiam o endurecimento do regime. FORNAZIERI, *Ligia Lopes. Ditadura militar. Disponível em: <https://historiandonanet07.wordpress.com/2010/11/15/ditadura-militar/>. O general Geisel, no entanto, preferia nomear essa turma de um modo particular. Foi o que revelou em 1975, durante conversa com o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Hugo Abreu, quando este afirmou que “a linha dura não existe”. “Existe sim”, rebateu o presidente. A conversa foi registrada no dia 15 de abril pelo secretário do presidente, Heitor Ferreira, em seu diário. Disponível em: GASPARI, Ellio. A “linha dura” do regime na visão do presidente Geisel. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>>. Acessado em 06 de novembro de 2018.*

³ Movimento Democrático Brasileiro. Partido que fazia oposição ao governo, criado no mesmo período e situação da ARENA com a promulgação do Ato Institucional número 2 – AI-2. Com a mudança na lei sobre os partidos passou se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Ver mais em: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴ Aliança Renovadora Nacional. Partido do governo, fundado em 4 de abril de 1966, com o Ato Complementar dois meses após o Ato Institucional II. O AI-2 fez desaparecer o sistema pluripartidário no Brasil. O bipartidarismo foi promulgado com o objetivo de conter os avanços da oposição e assim consolidar o Regime militar de 1964. Todos os partidos existentes foram extintos, o que fez com que migrassem de acordo com suas convicções para a ARENA e para o MDB. Sobre a ARENA ver: SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa, 2016. Ver também: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

votos para o MDB contra 51,9% da ARENA. A diferença em prol do MDB no Senado Federal foi maior que a diferença em prol da ARENA para Deputado Federal (ZAVARIZE, 1987). Simultaneamente:

Os resultados da eleição surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB. O MDB tinha quase dobrado sua representação na Câmara dos Deputados (o número total de cadeiras tinha crescido de 310 para 364 elevando-se de 87 para 165. A ARENA caiu de 223 para 199. Os resultados no Senado foram igualmente dramáticos. A delegação do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46. Enquanto a ARENA vencera por uma pequena margem no total de votos para deputados federais, o MDB venceu no total de votos para senador, que era o melhor indicador da opinião nacional. [...] (SKIDMORE, 1988, p. 34).

Portanto, houve um crescimento no Congresso Nacional dos representantes do partido opositor. O que não aconteceu na esfera estadual paraibana, segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba⁵, na eleição para Deputado Estadual dos 33 parlamentares eleitos 12 eram do MDB e 21 eram membros da ARENA. A vitória do MDB na esfera Nacional estava relacionada a fatores como uma campanha direcionada as questões de justiça social, as liberdades civis e a denuncia contra inserção de empresas estrangeiras no país. No governo de Ernesto Geisel todos os candidatos tinham acesso a propaganda eleitoral pela televisão, este fato levou o governo a perder certo número de deputados e senadores para o MDB, partido adversário do governo. Dessa maneira, para conter o avanço do partido opositor no Congresso a medida tomada pelo presidente em meados de 1970 foi a instituição da Lei Falcão⁶, que tinha como objetivo restringir e impedir que a oposição (MDB) continuasse a eleger seus deputados e senadores. Deste modo:

⁵ Acessado em 10 de junho de 2019.

⁶ Armando Falcão, que ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante todo o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e idealizou a Lei. Na prática a Lei Falcão, que buscavam frear o avanço da oposição. Esta Lei foi promulgada sob o Decreto-Lei nº 1538, de 14 de abril de 1977. Em seu Artigo 250 decretava: *“nas eleições gerais de âmbito estadual municipal, a propaganda nas emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedades da União, dos estados, dos Municípios e dos Territórios. Far-se-á sob fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral [...] (Jornal A União, 15 de abril de 1977)”* Deste modo, no inciso I limitou o horário nas emissoras em duas horas para a

[...] E em 1977 Geisel fechou o Congresso e decretou uma reforma política, criando a eleição indireta para um terço do Senado (os chamados senadores biônicos) e garantindo para a Arena, na prática, a maioria parlamentar. Tudo para evitar a perspectiva de nova vitória do MDB. [...] (JORNAL DO SENADO, 19 de novembro de 2014).

Portanto, medidas foram tomadas para conter o avanço do partido opositor e evitar que na eleição de 1978 esse feito se repetisse. Contudo, a partir das eleições 1974 ficou mais visível a decadência do governo militar com a vitória de parlamentares emedebistas, mesmo com mudanças nas regras eleitorais e com o chamado “Pacote de Abril”, que se tratou de medidas para fortalecer o partido do governo. A partir dessas mudanças, além dos governadores de Estado um terço dos senadores foram eleitos pelo voto indireto. No entanto, as lideranças políticas que representavam oposição ao governo continuaram crescendo dentro do parlamento e nas representações do executivo estadual, (SADEK, 1990).

Na eleição parlamentar de 1978, o MDB continuou a crescer no Senado e na Câmara Federal. No Senado foram 43,0% dos votos para a ARENA e 56,9% para o MDB, enquanto para Deputado Federal foram 50,4% para a ARENA e 49,5% para o MDB, (SADEK, 1990). Em relação a eleição anterior houve uma pequena queda, mas o governo não conseguiu interromper o crescimento do MDB. Do mesmo modo, na Paraíba a eleição para Deputado Estadual atestou o predomínio da ARENA em relação ao MDB, pois, dos 33 parlamentares eleitos 25 pertenciam ao partido do governo e 11 eram opositores.

O projeto de distensão somente atingiria seu objetivo se a oposição emedebista também colaborasse com essa ordem gradual. Ainda mais que a “expectativa de boa parte da elite em relação ao novo governo centrava-se na esperança de que Geisel controlasse o aparato de repressão, especialmente os torturadores. [...]” (SKIDMORE,

propaganda eleitoral; no II, limitou os partidos a apenas divulgar a fotografia dos candidatos bem como anunciar o horário e local dos comícios; inciso III delimitou o tempo da propaganda para 5 minutos; o horário que não foi usado por algum partido não poderia ser transferido a outro. Nos municípios as propagandas só poderiam acontecer pelas rádios e televisão se tivesse concedida antecipadamente. No parágrafo primeiro ficou determinado que cada Diretório Regional dos partidos formariam uma comissão com três membros para inspecionar a propaganda eleitoral nos limites de seus municípios.

1988, p. 326). No ano de 1978 o governo revogou o Ato Institucional número 5⁷, que foi considerado pela sociedade o mais insano de todos, em vista disso Ernesto Geisel ganhou aos poucos a credibilidade dos brasileiros.

Não obstante, a oposição acreditava que o presidente não era forte o suficiente para dar continuidade ao processo de descompressão, dessa forma, o incidente da morte do operário Manoel Fiel Filho⁸, em janeiro de 1976, foi o suficiente para que Geisel demitisse o general Ednardo d'Avila⁹, a demissão aconteceu sem que o presidente tivesse consultado o Alto Comando do Exército, fato que demonstrou a força e o poder político do presidente. Este já havia sido advertido pelo presidente no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog¹⁰, quanto a este caso o governo anunciou que o jornalista

⁷ O Ato Institucional nº 5 é considerado pelos estudiosos do tema o mais insensato de todos os demais. Foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e serviu como meio para justificar as punições e a violência usada pelos militares. Alves (1998) resumiu os poderes que foram conferidos a este AI da seguinte forma: [...] 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; [...]; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de Habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; [...]. (ALVES, 1998, p. 131).

⁸ Manoel Filho foi um operário metalúrgico, morto em janeiro de 1976 pela ditadura militar. Vivia na capital paulista desde os anos 1950, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista foi preso pelos agentes do DOI-CODI, na fábrica, onde trabalhava. O relatório sobre sua prisão encontra-se disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/manoel-fiel-filho/index.html>> Acessado em 15 de dezembro de 2018. Também foi publicado em 22 de janeiro pelo jornalista Ricardo Kotscho, uma reportagem no jornal *O Estado de São Paulo* sobre o incidente.

⁹ Ednardo D'Avila Mello foi comandante do 2º Exército, ao qual estava ligado o DOI-CODI de São Paulo, sucedendo ao general Humberto de Sousa Melo. Foi promovido a general de brigada em março de 1965. Servia na Paraíba no momento do golpe de 1964 e conseguiu a adesão do governador Pedro Gondim ao movimento. Chefiou a delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID). Em novembro de 1973, recebeu sua quarta estrela, atingindo o posto de general de exército. Em discurso comemorativo do 11º aniversário do movimento político-militar de 1964, afirmou: “A tônica, hoje em dia, é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isso é uma balela, a subversão continua presente.” Ver mais em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ednardo-davila-melo>>. Acessado em 15 de dezembro de 2018.

¹⁰ Vladimir Herzog, era um judeu, nasceu na Croácia em junho de 1937 e migrou para o Brasil com os pais em 1942. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e iniciou a carreira de jornalista em 1959, se tornou um importante jornalista, foi diretor de um canal de televisão não comercial, a TV Cultura. A TV operava sob patrocínio do governo do Estado de São Paulo. Em outubro de 1975 soube por meio de amigos que as forças de segurança estavam procurando por ele, assim, em apresentou-se voluntariamente ao quartel do exército, ao fazer isso certamente ele não tinha noção que era considerado uma ligação direta com os conspiradores comunistas. Na sede do DOI-CODI foi interrogado sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), torturado e assassinado. A versão dos militares é que Vladimir teria se enforcado, mas a sociedade sabia o que de fato teria acontecido. Ver mais em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/index.html>>. Acessado em 25 de janeiro de 2019.

havia se suicidado na prisão, tal notícia não convenceu a sociedade e ainda fortaleceu a mobilização de estudantes universitários, representantes da OAB, que levou os bispos da Igreja Católica a assinarem um documento denunciando a violência do governo contra os civis. Todavia, a demissão do general, não conteve as reações populares contra o autoritarismo dos militares, assim como não continuou as investigações para descobrir os culpados pela morte do operário nem pela a morte do jornalista.

Por volta de 1978 instalou-se no Brasil o que Skidmore (1988) chamou de “terrorismo da direita”, tratava-se de uma reação violenta de representantes da direita para impedir a volta da democracia, sendo assim, fizeram uso de carta-bomba, ameaças telefônicas, sequestros, ameaças a bancas de jornal para impedir que os civis democraticamente escolhessem seus representantes políticos. Com efeito, a [...] primeira bomba explodiu em 29 de agosto de 1976 na ABI, enquanto outra era encontrada na OAB, ambas no Rio de Janeiro. [...] (SILVA, 2003, p. 266), em vista desses acontecimentos percebo que o projeto de descompressão, que levou a transição para a volta das liberdades democráticas, não foi comum a todos os militares, os linha-dura discordavam do projeto porque temiam um governo baseado nas ideias comunistas, temiam as punições, se caso houvesse um revanchismo e desacreditavam da capacidade de organização política civil.

Para a sucessão presidencial o general Sílvio Frota se considerava a melhor opção. O general em questão era o líder oficial dos militares que compunham a ala dos linha-dura. Se por acaso, fosse escolhido para substituir Ernesto Geisel na presidência, atrapalharia o processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Como Ministro do Exército desafiou a autoridade do presidente. Com efeito, o SNI¹¹ informava o presidente sobre todos os passos do general. Fato este, que desencadeou no Chefe do Executivo Federal uma visão negativa sobre as atitudes e a pessoa do general. Sendo assim, foi demitido em 12 de outubro de 1977 e não obteve apoio suficiente para se

¹¹ O Serviço Nacional de Informação (SNI), assim como outros órgãos de segurança foram criados com o objetivo de promover uma “limpeza na sociedade”, retirar da convivência social aqueles que apresentassem de alguma forma atos de subversão ao novo governo ou que estavam ligados ao governo anterior. Ver mais em: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares, (2003) e FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão, (2003).

reorganizar, pois o presidente numa tacada de mestre fechou o Congresso e com sua perspicácia neutralizou seu inimigo. Deste modo:

[...] Os linhas-duras, por mais simpáticos que fossem à ardorosa retórica anticomunista de Frota, resolveram não desfiar Geisel. [...] Os oficiais da ativa sabiam que se optassem por uma causa perdida poderiam considerar suas carreiras prejudicadas ou encerradas. A determinação de Geisel deixara isto bem claro. (SKIDMORE, 1988, p. 388).

Por isso os militares linha-dura não ousaram desafiar o presidente que já havia demonstrado sua força política, além do mais, os oficiais que apoiariam o general Sílvio Frota estavam na reserva. Ficou claro que ao contrário dos seus antecessores, Ernesto Geisel não somente reteve seu poder dentro das Forças Armadas como aumentou no momento que demitiu os generais Ednardo D'Ávila e Sílvio Frota, deste modo, “[...] O presidente estava usando agora o seu poder aumentado dentro do Exército para promover a liberalização.” (SKIDMORE, 1988, p. 388). Para dar continuidade ao projeto de abertura política, desde o momento de sua posse, já pensara no general João Batista Figueiredo, o então chefe do SNI. Sendo assim, em 14 de outubro de 1978, Figueiredo foi eleito por 355 votos a 266 pelo colégio eleitoral, ninguém ficou surpreso.

João Figueiredo era o oposto de seu antecessor, não gostava da burocracia administrativa e esperava que seus ministros resolvessem tudo pra ele ao delegar tarefas. Assim, prometeu dar continuidade ao projeto de Geisel e “encaminhar” o Brasil de volta a democracia, (SKIDMORE, 1988). No governo de João Figueiredo, um importante acontecimento foi aprovação da Lei da anistia¹² e a reorganização partidária, que favoreceu a criação de novos partidos e novas lideranças políticas, a partir da

¹² Essa lei foi elaborada pelo ministro da justiça Petrônio Portela. Os anistiados eram todos aqueles presos ou exilados por crimes políticos desde 02 de setembro de 1961. Ficavam excluídos da Lei da Anistia os culpados por “crimes de sangue” durante a resistência armada ao governo. Essa lei também restabelecia os direitos políticos perdidos em razão do AI-5 e colaborou com a popularidade de Figueiredo, também trouxe medo aos militares que temiam pela possibilidade de uma investigação e fixar a responsabilidade por torturas e assassinatos. Conforme Versiane (2014), essa lei foi aprovada por 206 votos da ARENA contra 201 do MDB. Nessa primeira proposta nem era ampla e nem irrestrita então estabelecia apuração dos crimes do Estado.

revogação do bipartidarismo em 1979. Assim, “[...] dissolveram-se os grupos que reivindicavam mudanças em torno de temas nacionais e surgiram neste espaço grupos que cultivavam uma política clientelista.” (ABAIDE, 1990, p. 46). Importante salientar que estes partidos ainda estavam sob o controle do Estado e por isso não tiveram um grande alcance em meio a sociedade.

Em vista disso, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA - 1966) reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS) em janeiro de 1980, o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB – 1966) juntou-se ao PMDB também em janeiro de 1980, Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em setembro de 1980 e Luiz Inácio – Lula – fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) em outubro de 1979, mas foi oficializado em fevereiro de 1980. Quanto a reforma partidária, a intenção dos governistas era desarticular o partido, visto que, com o retorno dos líderes partidários, que retornaram ao país, a oposição passaria por uma divisão e com isso o partido do governo continuaria sua soberania, (ABAIDE, 1990).

O ceticismo aumentou quando em maio o governo anunciou a suspensão das eleições municipais de 1980 para 1982. Destarte, os eleitores escolheriam por meio do voto os representantes em todos os cargos eletivos com exceção do presidente. Os dois partidos majoritários – PDS e PMDB - organizaram sua campanha, com a ajuda dos meios de comunicação, enquanto os partidos PTB, PDT e PT, que eram menores contaram com a ajuda de grupos voluntários em contato direto com os eleitores. Os partidos da oposição propuseram em sua campanha:

[...] o direito de voto para os analfabetos, aumentar a autonomia sindical, legalizar as greves e adotar uma ‘justa política’ de distribuição da renda. Defendiam também o fim dos ‘privilégios concedidos às grandes empresas, às multinacionais e ao capital financeiro’ e propunham ‘fortalecer’ o mercado internacional. [...] (SKIDMORE, 1988, p. 453).

Apesar das propostas que ampliava a participação popular e a defesa de um capital nacional o PMDB não conseguiu a maioria das vagas no Congresso Nacional. Assim, na Câmara Federal o PMDB, PT, PDT e PTB reunidos compunham a maioria e

formaram a oposição ao governo. Neste ínterim, no Colégio Eleitoral, os opositores contaram com 330 representantes contra 356 do PDS. Por conseguinte, podemos dizer que esta eleição foi a maior que a América Latina já viu, “[...] o Brasil podia congratular-se consigo mesmo por haver dado uma lição de democracia eleitoral, coisa extremamente rara no Terceiro Mundo.” (SKIDMORE, 1988, p. 454).

Por conseguinte, em seu governo o presidente enfrentou o debate em prol das eleições diretas na sucessão presidencial de 1985. O movimento foi encabeçado pelo deputado do PMDB, Dante de Oliveira¹³ que apresentou uma emenda constitucional para que as próximas eleições para presidente ocorresse por meio do voto popular e direto. Dessa maneira, Ferreira (2018), destacou que, se aprovada tornaria a eleição presidencial de 1985 um marco para o retorno da democracia, já que o presidente seria escolhido pelo voto direto e popular. Ulysses Guimarães, que era visto pelos militares como um inimigo em potencial e por isso teve seus direitos políticos respeitados e nunca fora cassado, liderou o movimento pelas Diretas Já! a campanha tomou um ar festivo, com comícios e a participação popular.

Nesse clima de movimentação social, o colégio eleitoral, por meio do voto indireto elegeu em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves para presidente do Brasil. Dessa maneira, com a eleição de um civil para governar a nação brasileira, chegou o fim 21 anos de um governo regido por militares e começava o que ficou conhecido como Nova República. Vale ressaltar que para garantir que a transição não fugiria das mãos da elite política, José Sarney, ex-presidente da ARENA foi indicado e aceito como vice-presidente na chapa de Tancredo. A população toma um susto quando em 14 de março as vésperas de assumir o governo, o novo presidente foi internado as pressas e chegou a falecer em 21 de abril do mesmo ano. José Sarney, assumiu a presidência do Brasil, o

¹³ Dante Martins de Oliveira, participou nos anos 1970 do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi eleito deputado estadual, assumiu o mandato em fevereiro de 1979. Assim, também foi eleito deputado federal e assumiu o mandato 1983. O projeto de emenda constitucional, que se tornaria conhecida com seu nome, foi apresentado por Dante, quando o mesmo propôs o restabelecimento da eleição direta em todos os níveis e marcando para 15 de novembro de 1984 a eleição para presidente da República no mês de fevereiro de 1983. Por não ter tido quorum suficiente para que fosse enviada ao Senado a proposta foi derrotada em 25 de abril. Em maio de 1986 foi convidado pelo presidente José Sarney para assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do qual saiu um ano e meio depois, por apoiar a redução do mandato presidencial para quatro. Dante de Oliveira, faleceu aos 54 anos de idade em 2002 sem deixar filhos. Veja mais em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/dante-de-oliveira.htm?cmpid=copiaecola>>. Acessado em 04 de janeiro de 2019.

medo tomou conta da população e o antecessor de José Sarney, João Figueiredo, último militar a governar se retirou do Palácio do Planalto sem repassar a faixa presidencial para seu sucessor. José Sarney conhecia o funcionamento da máquina pública no Brasil. Há mais de duas décadas esteve presente no meio político. E ainda havia o consenso de que o presidente tinha que dar continuidade a caminha da democracia.

O novo presidente por meio de um discurso prometeu convocar a Constituinte o mais breve possível. Importantes medidas foram tomadas, uma delas foi e possivelmente a mais esperada, o restabelecimento das eleições diretas para o executivo federal. Coube-lhe a tarefa de concluir a transição e trazer de volta a democracia para o país. Portanto, temos a partir de então o início da Nova República, com a eleição indireta de um candidato da oposição. Vale salientar que comungo da opinião de Nunes (2009) que o regime civil-militar chegou ao fim de fato com a participação direta dos cidadãos brasileiros na eleição de 1989 quando elegeu Fernando Collor para ocupar o cargo do executivo federal.

CONSIDERAÇÕES

Os anos de 1970 a 1980 foram anos de muitos desafios e conquistas para a sociedade brasileira. Dessa forma, de acordo com Silva (2003), a sociedade civil brasileira no momento que percebeu a radicalização dos militares, e o seu real interesse, quando teve início as cassações e a repressão, retrocedeu e se afastou do governo. Para Kinzo (2001), todo o processo para a abertura política, o retorno do voto direto para escolher o representante do poder executivo nas esferas nacional, regional e local passou por três momentos. O primeiro, que foi de 1974 a 1982, teve os militares como principais protagonistas; o segundo momento durou de 1982 a 1985, iniciou com a eleição direta para os cargos eletivos de prefeitos, com exceção das capitais e das cidades que eram áreas de segurança nacional, e para o cargo de executivo estadual.

Neste período os civis já passaram a fazer parte do processo e aos poucos os militares se retiraram da política; o terceiro e último momento durou de 1985 a 1990, quando Fernando Collor foi eleito pelo voto direto, neste período os civis

protagonizaram todo o processo. Para Lamonier (1990) a transição para a abertura política não se deu no país nenhum acontecimento e/ou ruptura brusca que pudesse ser destacado como um marco deste processo, assim, “[...] a descompressão brasileira [...] se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder, impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. [...]” (LAMONIER, 1990, p. 16).

Devido a alta na inflação, a crise e paralisação econômica no país, muitos estudiosos interpretaram a década de 1980 como uma década que não houve grandes acontecimentos no Brasil. Contudo, ao mesmo tempo em que economicamente a década ficou marcada negativamente, socialmente falando, houveram mobilizações pelos direitos sociais, a transição e o retorno da democracia. Além do mais foi nos últimos anos da década de 1980 que aconteceram as campanhas eleitorais para a primeira eleição presidencial em que a sociedade escolheria o representante do poder executivo federal por meio do voto popular depois que o Regime Civil-Militar chegou ao fim, (VERSIANE, 2014).

Por esta e outras razões a década de 1980 não deve e nem pode ser considerada uma década perdida, já que foi um período de grandes acontecimentos sociopolíticos para o Brasil. Em 1982, por exemplo, ocorreram eleições diretas para governador dos Estados simultaneamente a eleição para o cargo de executivo municipal, o movimento pelas Diretas Já! em 1984, em 1985 também aconteceu a eleição para prefeitos das capitais, a elaboração e promulgação de uma nova constituição em 1988 e em 1989 a primeira eleição direta para presidente desde o golpe de 1964, além de um crescimento no número de eleitores. [...] em 1960, ano da última eleição presidencial direta antes do regime militar, passamos a 82 milhões [de eleitores] em 1989 (55% da população total). (LAMONIER, 1990, p. 15), deste modo, podemos observar avanços significativos durante o governo de João Figueiredo no campo da política e no campo social.

Portanto, mesmo com as mobilizações sociais, as eleições indiretas (para o executivo federal e até 1979 para o executivo estadual), e diretas (ao nos referir as eleições municipais, com exceção das capitais e as cidades consideradas de segurança nacional), de modo direto e indiretamente os militares atuaram de forma a controlar e conduzir o processo de transição para a volta das liberdades democráticas.

REFERÊNCIAS

ABAIDE, Jalusa Prestes. **Partidos políticos no Brasil: 1979 – 1988**. Florianópolis, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Alessandra. As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da década vivida. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no “fim” da ditadura brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

JORNAL DO SENADO, 19 de novembro de 2014.

KINZO, Maria D’Alva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Revista da Fundação SEADE. V. 15, nº 4, out/dez, 2001.

LAMONIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMONIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. **Estado versus sociedade civil: O processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)**. In: PRIMA FACIE, v. 8, 14, JAN-JUN, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves

(Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADEK, Maria Tereza. A justiça eleitoral no processo de redemocratização. In: LAMONIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969)**. João Pessoa, 2016.

VERSIANE, Maria Helena. “Constituinte brasileira vive a democracia”. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

ZAVARIZE, Denise Moreira. **O Bipartidarismo brasileiro (1965-1979)**. FLORIANÓPOLIS, 1987.